

ÍNDICE

	Págs.
INTRODUÇÃO	17
1. Âmbito da Teoria Geral do Direito Civil	17
2. O problema da Parte Geral do Código Civil e da existência de uma disciplina de Teoria Geral	17
3. Conteúdo da Teoria Geral do Direito Civil. Plano do curso ..	22
4. Divisão da Teoria Geral do Direito Civil: Teoria Geral do Ordenamento Jurídico Civil e Teoria Geral da Relação Jurídica Civil ..	25
5. O Direito Civil como parte do Direito Privado.	35
6. Direito Público e Direito Privado	36
7. Alcance prático da distinção entre Direito Público e Direito Privado	44
8. O Direito Civil como Direito Privado Comum. O direito comercial e o direito do trabalho. A autonomia de outros ramos de direito, v. g., o direito agrário e o direito do consumidor	47
9. O direito do consumidor	54
10. Sentido do direito civil: a autonomia da pessoa, a igualdade, a disciplina da vida quotidiana do homem comum	58
11. Sequência	61

I PARTE

TEORIA GERAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL

Capítulo I — Fontes do direito civil português	63
12. Formas de surgimento das normas jurídicas civis	63
13. Diplomas fundamentais do direito civil português	69
14. As normas aplicáveis às relações de direito civil. Direito Civil e Direito Constitucional. Aplicação de normas constitucionais às relações entre particulares	71
15. O Código Civil português: as circunstâncias históricas da sua elaboração e a legislação anterior	81
16. O Código Civil de 1966: características do tipo de formulações legais utilizado	85

	Págs.
17. O sistema do Código Civil de 1966: coordenação da Parte Geral e das Partes Especiais	91
Capítulo II — Os princípios fundamentais do direito civil português	95
§ 1.º — Introdução	95
18. A existência de princípios básicos do direito civil. Carácter histórico desses princípios de ordenação sistemática interna. A autonomia e a igualdade como seus pressupostos actuais	95
§ 2.º — O reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade	98
19. O reconhecimento da personalidade jurídica de todos os seres humanos	98
20. O reconhecimento de um círculo de direitos de personalidade	100
§ 3.º — A autonomia privada	102
21. A autonomia privada e a liberdade contratual, manifestação daquela no domínio dos contratos	102
22. Aspectos contidos no princípio da liberdade contratual: a liberdade de conclusão ou celebração dos contratos e a liberdade de modelação do conteúdo contratual. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão	107
23. Domínio principal de aplicação da liberdade contratual: os contratos obrigacionais	117
24. Referência esquemática às principais figuras e problemas disciplinados pelo Direito das Obrigações	118
25. O princípio da liberdade contratual, o mercado e o sistema económico e social.	121
§ 4.º — A boa fé	124
26. O princípio da boa fé	124
§ 5.º — A responsabilidade civil	128
27. Noção. Características gerais	128
28. Responsabilidade por actos ilícitos, responsabilidade pelo risco e responsabilidade por actos lícitos. Evoluções recentes: a responsabilidade do produtor ou do fabricante	132
29. Responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual; a chamada «terceira via».	137
§ 6.º — A concessão de personalidade jurídica às pessoas colectivas	138
30. A personalidade colectiva e os tipos de pessoas colectivas	138
31. Natureza da personalidade colectiva	139

	Págs.
§ 7.º — A propriedade privada	144
32. O problema do domínio sobre os bens como problema fundamental de uma sociedade	144
33. Fenomenologia da propriedade ao longo da história e no momento actual	145
34. Características do direito de propriedade no nosso sistema jurídico	151
35. Os direitos reais limitados	155
§ 8.º — A relevância jurídica da família	158
36. A família, como realidade natural e social, perante o Direito legislado	158
37. Referência sumária ao Direito da Família português	160
§ 9.º — O fenómeno sucessório ou sucessão por morte	168
38. O destino das relações jurídicas após a morte do seu titular	168
39. Referência sumária ao direito sucessório português	171

II PARTE

TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINARES

40. Conceito de relação jurídica	177
41. Estrutura da relação jurídica (enunciado geral)	178
42. Estrutura da relação jurídica (cont.): direitos subjectivos propriamente ditos e direitos potestativos	178
43. Estrutura da relação jurídica (cont.); o dever jurídico e a sujeição	184
44. Estrutura da relação jurídica: relação jurídica simples ou singular e relação jurídica complexa	186
45. Elementos da relação jurídica: sujeitos, objecto, facto jurídico e garantia	189

I

TEORIA GERAL DOS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

Capítulo I — Generalidades	193
46. O sujeito de direito. Personalidade e capacidade jurídica	193
47. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos	194

	Págs.
48. O problema dos direitos sem sujeito	196
49. Modalidade do sujeito das <u>relações jurídicas</u> : pessoas singulares e pessoas colectivas	198
Capítulo II — Pessoas singulares	201
50. Personalidade jurídica. Noção, começo e termo da personalidade. A condição jurídica dos nascituros	201
51. Direitos de personalidade	207
52. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos	220
53. Capacidade negocial. Modalidades: capacidade negocial de gozo (capacidade jurídica negocial) e capacidade negocial de exercício.	221
54. Determinação da capacidade negocial de gozo	223
55. Determinação da capacidade negocial de exercício. Generalidades	226
56. Enumeração das incapacidades de exercício estatuídas pelo novo Código Civil	227
— 57. Incapacidade dos menores	228
58. Incapacidade dos interditos	234
59. Valor dos actos praticados pelo interdito	236
60. Quando cessa a incapacidade dos interditos	241
61. Incapacidade dos inabilitados	241
62. Quando cessa a incapacidade dos inabilitados	244
63. Incapacidades (ilegitimidades) conjugais	244
64. Incapacidades acidentais	248
65. Valor dos negócios jurídicos indevidamente realizados pelos incapazes	249
66. Situação do insolvente	250
67. Capacidade e legitimidade	260
68. Domicílio	261
69. Ausência	264
Capítulo III — Pessoas colectivas	269
70. Conceito de pessoa colectiva. Função socioeconómica do instituto da personalidade colectiva	269
71. Elementos constitutivos das pessoas colectivas: o substrato e o reconhecimento	271
72. Elementos constitutivos da pessoa colectiva: substrato e reconhecimento (cont.)	280
73. Classificações doutrinárias das pessoas colectivas: corporações e fundações; pessoas colectivas de direito público e pessoas colectivas de direito privado	282

	Págs.
74. Classificações legais das pessoas colectivas: associações, fundações e sociedades	292
75. Classificação de novos entes dotados de personalidade colectiva	292
76. Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das corporações (associações e sociedades) de direito privado	303
77. Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das fundações de direito privado	304
78. Constituição das pessoas colectivas: o reconhecimento; suas modalidades	309
79. Capacidade para o exercício de direitos das pessoas colectivas	315
80. Capacidade jurídica (capacidade de gozo de direitos) das pessoas colectivas	318
81. Responsabilidade civil das pessoas colectivas	321
82. Capacidade das pessoas colectivas para a aquisição ou alienação de imóveis	325
II	
TEORIA GERAL DO OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA	
Capítulo I — Generalidades	331
83. Objecto da relação jurídica. Conceito. Objecto e conteúdo	331
84. Objecto imediato e objecto mediato	332
85. Os possíveis objectos de relações jurídicas	333
Capítulo II — As coisas e o património	341
86. Noção jurídica de coisa	341
87. Noção de património	344
88. O fenómeno da autonomia patrimonial ou separação de patrimónios	347
89. A figura do património colectivo	352
III	
TEORIA GERAL DO FACTO JURÍDICO	
TÍTULO I	
Dos factos jurídicos em geral	
Capítulo I — Conceitos e classificação	355
90. Noção de facto jurídico	355
91. Classificação dos factos jurídicos	355

	Págs.
Capítulo II — Aquisição, modificação e extinção de relações jurídicas . . .	359
92. Preliminares	359
93. Conceito e modalidade de aquisição de direitos. Aquisição originária e aquisição derivada. Modalidades desta última	359
94. Importância da distinção entre aquisição derivada e aquisição originária	365
95. Excepções à regra geral da aquisição derivada	365
96. Modificação de direitos	371
97. Extinção de direitos	372

TÍTULO II

Do negócio jurídico e do simples acto jurídico

Subtítulo I

Conceito, elementos e classificações

Capítulo I — Conceito e elementos	379
98. Conceito e importância do negócio jurídico	379
99. Relação entre a vontade exteriorizada na declaração negocial e os efeitos jurídicos do negócio	380
100. Elementos dos negócios jurídicos	383
Capítulo II — Classificações dos negócios jurídicos	385
101. Negócios jurídicos unilaterais e contratos ou negócios jurídicos bilaterais	385
102. Negócios entre vivos e negócios « <i>mortis causa</i> »	389
103. Negócios consensuais ou não solenes e negócios formais ou solenes	392
104. Negócios consensuais e negócios reais	395
105. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios	397
106. Negócios patrimoniais e negócios pessoais	398
107. Negócios causais e negócios abstractos	399
108. Negócios onerosos e negócios gratuitos	400
109. Contratos comutativos e contratos aleatórios	403
110. Negócios parciários	405
111. Negócios de mera administração e negócios de disposição	406

Subtítulo II

Elementos essenciais do negócio jurídico

Capítulo I — Capacidade e legitimidade	411
112. Remissão	411

	Págs.
Capítulo II — A declaração negocial	413
Divisão I — Noções gerais	413
113. A declaração negocial como verdadeiro elemento do negócio jurídico	413
114. Conceito de declaração negocial	413
115. Breve referência aos actos jurídicos de natureza não negocial	416
116. Elementos constitutivos normais da declaração negocial	419
117. Declaração negocial expressa e declaração negocial tácita	421
118. O valor do silêncio como meio declarativo	423
119. Declaração negocial presumida. Declaração negocial ficta	427
120. Protesto e reserva	427
121. Forma da declaração negocial	428
122. Perfeição da declaração negocial	440
Divisão II — Interpretação e integração dos negócios jurídicos	441
§ 1.º — Interpretação	441
123. Em que consiste o problema. Posições possíveis	441
124. Posição adoptada	444
§ 2.º — Integração	454
125. Em que consiste	454
126. Termos em que pode admitir-se	455
Divisão III — A divergência entre a vontade e a declaração	457
§ 1.º — O problema em geral	457
127. Formas possíveis de divergência	457
128. O problema da divergência entre a vontade e a declaração como problema autónomo: o substrato teleológico do problema	460
129. Teorias que visam resolver o problema da divergência entre a vontade e a declaração	462
130. O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condendo</i> . Discussão das teorias propostas	464
131. O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condito</i>	465
§ 2.º — A simulação	466
132. Conceito, elementos e importância prática	466
133. Modalidades da simulação	467

	Págs.
134. Efeitos da simulação absoluta	468
135. Modalidades da simulação relativa	469
136. Efeitos da simulação relativa	471
137. Se há restrições à arguição da simulação pelos próprios simuladores	476
138. A simulação e terceiros. Considerações gerais	477
139. Arguição da simulação por terceiros interessados na nulidade do negócio simulado	477
140. Arguição da simulação contra terceiros interessados na validade do negócio jurídico	479
141. Conflitos de interesses entre terceiros interessados na nulidade e terceiros interessados na validade do negócio jurídico	484
142. Prova da simulação	485
§ 3.º — Outras figuras de divergência intencional	486
143. Reserva mental	486
144. Declaração não séria	488
§ 4.º — Divergência não intencional	489
145. Coacção física ou coacção absoluta ou ablativa	489
146. Falta de consciência da declaração	490
147. Erro na declaração ou erro-obstáculo	492
148. Erro na transmissão da declaração	497
Divisão IV — Vícios da vontade	498
§ 1.º — Noções gerais	498
149. Vícios da vontade. Conceito	498
150. Enumeração dos vícios da vontade a que o nosso direito atribui em geral relevância autónoma	499
151. O regime da lesão e dos vícios redibitórios no novo Código Civil	499
152. Qualificação da invalidade proveniente de erro vício, dolo, coacção ou incapacidade acidental	502
§ 2.º — O erro como vício da vontade	504
153. Noção	504
154. Confronto com figuras próximas	504
155. Modalidades	505
156. O problema da exclusão prévia da anulação por erro	506
157. Condições gerais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade	507

	Págs.
158. Condições especiais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade	512
159. Aplicação da coisa a fim diferente do declarado, erro e vinculação negocial.	518
§ 3.º — O dolo	521
160. Conceito	521
161. Modalidades	523
162. Condições de relevância do dolo como motivo de anulação	525
163. Fundamento jurídico da anulabilidade por dolo	528
164. Confronto entre as condições de relevância do dolo e as do erro	528
165. Negócio em que o dolo não tem relevância específica	529
§ 4.º — A coacção	529
166. Conceito	529
167. Modalidades	530
168. Condições de relevância da coacção como motivo de anulabilidade	531
169. A coacção moral e o simples temor reverencial	534
§ 5.º — O estado de necessidade e outras situações como vícios da vontade negocial	534
170. Conceito	534
171. Confronto com a coacção	534
172. Valor dos negócios jurídicos realizados em estado de necessidade	535
§ 6.º — A incapacidade acidental	538
173. A incapacidade acidental	538
Divisão V — A representação nos negócios jurídicos	539
174. Conceito	539
175. Espécies	542
176. Confronto com institutos afins	543
177. Admissibilidade da representação	547
178. Pressupostos da representação	548
Capítulo III — O objecto negocial	553
179. Noção de objecto do negócio jurídico	553
180. Exigências legais relativas ao objecto dos negócios jurídicos	553
181. Consequências da inobservância dos requisitos a que deve obedecer o objecto negocial	559

Subtítulo III	
Elementos acidentais dos negócios jurídicos (Cláusulas acessórias típicas gerais)	
	Págs.
Capítulo I — Condição	561
182. Conceito, natureza e importância da estipulação condicional	561
183. As chamadas condições impróprias	562
184. A aponibilidade da condição	563
185. Classificação das condições	564
186. Verificação e não verificação da condição	572
187. Efeitos da condição suspensiva	572
188. Efeitos da condição resolutiva	575
Capítulo II — Termo	577
189. Conceito	577
190. Efeitos	577
191. Aponibilidade do termo	577
192. Modalidades	578
193. Cômputo do termo	580
Capítulo III — Modo, encargo ou cláusula modal	583
194. Conceito	583
195. Distinção do modo e da condição	583
196. Valor do modo impossível ou ilícito	585
197. Inadimplemento do modo	586
Capítulo IV — Cláusula penal	589
198. Conceito e importância prática	589
199. Espécies de cláusulas penais e respectivo regime	591
Capítulo V — Cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade civil ..	599
200. Conceito e importância prática	599
201. Regime	601
Capítulo VI — O problema da pressuposição ou da alteração das circunstâncias que fundaram a decisão de contratar	605
202. Conceito	605
203. Critérios de relevância da alteração da base do negócio	606
204. Consequências	612

Subtítulo IV	
Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos	
	Págs.
205. Ineficácia dos negócios jurídicos (<i>lato sensu</i>). Noção. Ineficácia <i>stricto sensu</i> e invalidade. Outras formas de ineficácia em sentido <i>lato</i>	615
206. Modalidades de ineficácia em sentido estrito	616
207. Inexistência e invalidade (nulidade e anulabilidade) dos negócios jurídicos	617
208. Regime das nulidades	620
209. Regime das anulabilidades	621
210. Integração das diversas invalidades em cada uma das categorias	624
211. Efeitos da declaração de nulidade e da anulação	625
212. Invalidade e simples irregularidade	627
213. A invalidade e outras formas de cessação dos efeitos negociais (resolução, revogação, caducidade e denúncia)	627
214. O problema da redução dos negócios jurídicos	632
215. O problema da conversão dos negócios jurídicos	639
TÍTULO III	
Do contrato	
216. Razão de ser deste título	645
217. Noção e regime geral do contrato	647
218. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão	654
TÍTULO IV	
Eficácia do decurso do tempo nas relações jurídicas	
219. Prescrição extintiva e caducidade. Remissão	659
220. Obrigações duradouras e obrigações de execução instantânea	659
IV	
TEORIA GERAL DA GARANTIA DA RELAÇÃO JURÍDICA. REMISSÃO	
221. A garantia da relação jurídica. Remissão.	663
Principais abreviaturas	671
Principal Bibliografia Geral	673